



**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .ª)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) foi criado como uma resposta europeia à crise gerada pela pandemia, com o objetivo de impulsionar a recuperação económica, aumentar a resiliência dos Estados-Membros e acelerar a transição digital e verde. No entanto, apesar da injeção maciça de fundos, a sua execução levanta preocupações sobre o real impacto estrutural na economia.

O PRR representa uma oportunidade única para o desenvolvimento sustentado de Portugal, aproveitando fundos disponibilizados pela União Europeia. No entanto, a sua execução tem sido marcada por desafios estruturais que comprometem o impacto transformador do financiamento europeu. A prova está na quantidade de reprogramações que é necessário fazer durante o período de execução. Sejam estas feitas por ajuste de prioridades, por ajuste de financiamento a receber, ou por tempo necessário para a realização dos projetos, a verdade é que, a um ano do fim do programa, a reprogramação implica que existam projetos que já iniciaram, ou que já deviam ter sido iniciados, que agora ficam de lado ou que são substituídos por outros.

Entre os principais problemas identificados na execução dos fundos do PRR estão a ineficiência administrativa, a falta de um planeamento estratégico robusto, um modelo excessivamente focado na absorção de fundos em vez de na sua real eficácia e a inflexibilidade do plano para se adaptar ao contexto atual.

As reprogramações do PRR apresentadas à Comissão Eventual de Acompanhamento da Execução do PRR e Portugal 2030 (PT2030), nos passados dias 29 de janeiro e 5 de fevereiro, ao excluírem projetos estruturantes na Gestão Hídrica, nomeadamente, e entre outros, a dessalinizadora de água do mar do Algarve (em Albufeira), a Barragem do Pisão e o Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve – Solução da Tomada de Água no Pomarão, levantam questões fundamentais sobre o redirecionamento do investimento, com uma redução de dotação de 225 milhões de euros.

Estas infraestruturas não são apenas obras de engenharia, mas elementos essenciais para a

gestão hídrica, o abastecimento populacional, a atividade agrícola e industrial, bem como, para a adaptação do país às alterações climáticas. Entendendo as questões que impedem o faseamento das obras e o tempo de execução efetivo, notamos que podem existir agora questões várias a serem esclarecidas, dada a importância das mesmas. A remoção da dessalinizadora do PRR, que segundo o texto da Reprogramação representa um corte de 53.4 milhões de euros, compromete seriamente a capacidade do Algarve em lidar com os desafios da escassez hídrica e da adaptação climática. O Governo tem argumentado que estas obras serão financiadas pelo PT2030, mas essa decisão levanta sérias preocupações sobre a capacidade de execução e o impacto nos restantes investimentos planeados.

De acordo com esta última reprogramação do PRR, os projetos serão executados e transferidos para o PT2030, onde poderão beneficiar de um financiamento até 85%, permitindo um aumento da dotação inicialmente prevista no PRR. Quer isto dizer que a mesma obra terá mais financiamento público, e que apesar de o Senhor Ministro Adjunto e da Coesão Territorial e de a Senhora Ministra do Ambiente e Energia considerarem que é uma vitória, a Iniciativa Liberal observa antes que a execução destes investimentos estará sujeita a novos prazos de avaliação e a processos burocráticos adicionais, o que pode atrasar a sua concretização e comprometer a eficácia da resposta à emergência hídrica na região.

Todo o processo de alavancagem da obra, tomado pelo Governo, foi justificado com a importância da obra no PRR, tendo o Senhor Primeiro-Ministro afirmado que “a assinatura deste contrato, em complemento com outras decisões, é o caminho para termos em Portugal uma política de gestão, retenção, armazenamento e poupança no domínio da água”, e “um momento histórico para o País e para a região”.

A dessalinizadora que agora espera pelos fundos do PT2030, vai ser maior ou melhor? Ou estamos a condenar esta importante obra para lá de 2030? E até lá, visto que será necessária uma nova avaliação de custo do projeto, este vai voltar a ser subavaliado?

Além disso, a reprogramação e o financiamento adicional necessário, agora, para acomodar estas infraestruturas no PT2030, exigirão a realocação de verbas de outros projetos já previstos. A única forma para que tal processo fosse ausente de modificações estruturais, seria o caso de os projetos previstos no PT2030, no valor da dessalinizadora, terem sido passados para o PRR, não tendo assim prejuízo para o valor estratégico dos mesmos.

Esta mudança levanta preocupações sobre quais investimentos terão o seu financiamento reduzido ou adiado, para permitir a concretização das infraestruturas hídricas retiradas do PRR. O Governo deve esclarecer quais as medidas que serão tomadas para evitar que esta decisão comprometa outras iniciativas estratégicas para o desenvolvimento regional.

A Iniciativa Liberal considera que, apesar da relevância destas infraestruturas, o investimento público deve ser planeado de forma rigorosa, transparente e previsível.

Face ao impacto significativo desta reprogramação, é essencial garantir total transparência sobre a redistribuição dos recursos e as suas consequências para o desenvolvimento e coesão do país.

Assim, e de acordo com as normas regimentais em vigor, os Deputados da Iniciativa Liberal solicitam ao Senhor Ministro Adjunto e da Coesão Territorial resposta às seguintes questões:

- 1. Que impacto terá esta reprogramação na alocação de fundos do Orçamento do Estado e do PT2030?**
- 2. Qual será o impacto desta reprogramação para o projeto da dessalinizadora de água do mar do Algarve? Considera que há o risco de inflação de custos ou ameaça de inexecução do projeto, por força de atrasos de avaliação e execução?**
- 3. Que projetos previamente planeados no âmbito do Orçamento do Estado e do PT2030 terão de ser cancelados, ou sofrer uma diminuição de financiamento, para acomodar a execução das obras retiradas do PRR?**
- 4. Foi negociada com a Comissão Europeia uma extensão do prazo do PRR para manter estes projetos incluídos? Em caso negativo, qual a justificação?**

Palácio de São Bento, 7 de fevereiro de 2025

Deputado(a)s

CARLOS GUIMARÃES PINTO(IL)

JOANA CORDEIRO(IL)

MARIANA LEITÃO(IL)

MÁRIO AMORIM LOPES(IL)

PATRÍCIA GILVAZ(IL)

RODRIGO SARAIVA(IL)

RUI ROCHA(IL)

ANDRÉ ABRANTES AMARAL(IL)